

JUSTIÇA & CIDADANIA[®]

ISSN 1807-779X | Edição 224 - Abril de 2019



JUIZ FEDERAL SÊNIOR DOS EUA, PETER J. MESSITE

**TECNOLOGIA:
MELHORAR A EFICIÊNCIA SEM
COMPROMETER OS VALORES**

EDITORIAL: DEZ ANOS DO INSTITUTO JUSTIÇA & CIDADANIA

Novos desafios só revigoram a advocacia

Renato José Cury | Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP)

Especialistas afirmam que a busca pelo curso de Direito continua em alta. Segundo eles, alguns motivos levam milhares de jovens a optar pela carreira jurídica, entre os quais: a grande oferta de cursos; a espetacularização de casos como os da Operação Lava-Jato, que evidenciam a participação de advogados, juízes, promotores e procuradores; as transmissões, muitas vezes ao vivo e em rede nacional, de sessões do Supremo Tribunal Federal; e o eventual acesso a diversas outras áreas de atuação, por meio dos concursos públicos.

Tais impressões podem nos remeter aos filmes sobre advogados e tribunais, tão bem produzidos por Hollywood, e que em outras épocas também influenciaram corações e mentes por contarem histórias ou basearem seus roteiros em fatos reais, com temas de obstinadas investigações, juízes, jurados, leis, convincentes advogados, loquazes promotores (*Doze homens e uma sentença*, *Amistad*, *À espera de um milagre*, *A firma*, *A jurada*, *A testemunha*, entre milhares de outros). Sem falarmos das recentes séries de TV, tão populares: *Law & Order*, *The Good Wife*, *Suits*...

É certo que a vocação profissional poderá advir do ambiente familiar, porque avós, pais, tios ou parentes já atuam na carreira jurídica. Devemos ter ainda aquela situação tão bem descrita por Pascal: “O coração tem razões que a própria razão desconhece.”

Seja qual for o motivo, terminado o curso, a formação científica, o bacharel em Direito terá que definir o caminho a seguir. Muitas vezes já escolhido pelo estudante durante o período do estágio.

Para aquele que escolhe ser advogado, é importante destacar que temos atualmente, além das áreas tradicionais (que têm sofrido mudanças), outras novas que revigoram a profissão. Os advogados têm sido chamados a novos desafios (Direito Ambiental, Digital e da Internet, *Compliance*, Petróleo e Gás, Arbitragem, Mediação, Conciliação, Biodireito, Biotecnologia). Contudo, para acompanhar toda essa vertiginosa velocidade, nunca é demais destacar um dos imperativos da profissão: madruguar e anoitecer estudando. Estudar, estudar e estudar, este deve ser um lema, quase um mantra a ser seguido diariamente.

Vale ressaltar também outra circunstância a exigir a constante atualização dos advogados: as frequentes mudanças legislativas que ocorrem no País, como, por exemplo, a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, ainda a gerar debates e discussões sobre sua aplicação e mesmo interpretação; a reforma trabalhista, em fase de adaptação e criação de jurisprudência, e a previdenciária, que está por vir (aqueles que estiverem preparados e acompanhando desde já seu trâmite no Congresso Nacional encontrarão rapidamente soluções para os problemas tra-



Foto: Felipe Ribeiro

“Todas essas inovações e o momento de transição tecnológica estão aí para revigorar a advocacia”

zidos pelo novo diploma legal). Sem mencionarmos os estudos para atualização do Código Comercial e a reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal.

Outras oportunidades surgirão com a nova Lei de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, alterada pela Medida Provisória 869/2018), que entrará em vigor em agosto de 2020 e trará às empresas a necessidade de adequação de todas as suas atividades no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais. As alterações serão significativas em processos, produtos e serviços de empresas, em todos os setores da economia, e os advogados terão papel fundamental na aplicação de mais este instrumento.

Um dos principais temas que também desafia os advogados no momento diz respeito à utilização da inteligência artificial no exercício da profissão. Muitos profissionais estão extremamente preocupados com a forma pela qual o uso da tecnologia vai impactar o dia a dia dos advogados, inclusive com a possibilidade de repercussão no mercado de trabalho. É por isso que os advogados precisam entender e se preparar para esta nova realidade, tudo para fazer com que o uso da inteligência artificial venha auxiliar o exercício da sua atividade e não prejudicá-la.

A propósito, pensando em contribuir para que o advogado acompanhe e se prepare para todas essas constantes mudanças, o Departamento Cultural da

AASP mantém extenso calendário de cursos, seminários e palestras, realizados na sede em São Paulo, em outras cidades e transmitidos via satélite e pela Internet (www.aasp.org.br).

Além disso, sempre de olho nas tendências e exigências resultantes das mudanças no mercado jurídico potencializadas pela tecnologia, a Associação criou setor específico para acompanhar os avanços digitais que têm revolucionado o exercício da profissão e transformado o modelo de negócios dos escritórios e dos departamentos jurídicos das empresas, com o uso da automação, de *softwares* de gestão, redução de tempo e custo dos processos e a enorme capacidade de examinar, analisar e interpretar grande volume de dados quase instantaneamente.

Todas as inovações neste campo passam pela indústria composta de empresas que desenvolvem soluções com foco no mercado de serviços jurídicos, as *legaltechs*, cujas áreas de alcance vão desde a automação e gestão de documentos jurídicos até a utilização da jurimetria e análise estratégica de bases de dados para pesquisas jurídicas, entre outras.

Acreditamos que todas essas inovações e esse momento de transição tecnológica estão aí para revigorar a advocacia, o que exige preparo para novos desafios, pois não vai dar para ficar alheio a esse movimento.